

Decreto deixa ministros de pires na mão

JOSÉ PAULO TUPYNAMBÁ

BRASÍLIA — O Decreto 21 do Presidente Collor reeditou a política do “pires na mão”, substituindo os prefeitos de cidades do interior por seus próprios Ministros. Com a quase totalidade dos orçamentos em indisponibilidade, os Ministros — que antes “enchiam os pires” com as verbas hoje bloqueadas — agora vão precisar de prestígio político para a liberação parcelada das verbas, sob controle exclusivo do Ministério da Economia.

Além de aumentar a caixa do Governo, que poderá aplicar financeiramente o dinheiro retido no Tesouro Nacional, o Decreto 21 ressuscita a prática do Governo Sarney de só liberar os empenhos e as movimentações dos orçamentos ministeriais de acordo com seus interesses. Os Ministérios politicamente mais fracos ficavam com a maior parte do orçamento retida até o final do ano. O dinheiro era corroído pela inflação, enquanto alguns Ministérios privilegiados tinham uma regular liberação dos recursos desde o início da vigência do orçamento.

— A diferença é que agora a prática está oficializada e por isso tem maior transparência — disse um assessor orçamentário de um Ministério da área social, mais prejudicada com o congelamento das verbas.

○ Decreto surpreendeu todos



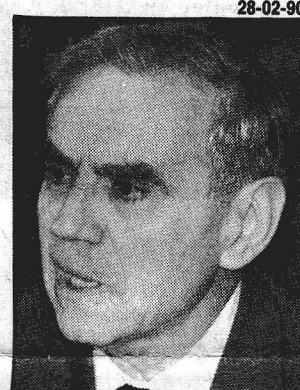
Carlos Chiarelli



Margarida Procópio



Antônio Magri



Ozires Silva

os Ministros da área social. Suas pastas foram incluídas nominalmente no Decreto, que congelou em 100% todas as dotações orçamentárias que tinham recursos oriundos da “fonte 100”, ou seja, do Tesouro Nacional. Esses recursos provêm da arrecadação de impostos, taxas e multas pelo Governo.

Passados quatro dias da publicação no Diário Oficial, apenas o Ministério da Ação Social tinha um estudo completo sobre as conseqüências da indisponibilidade dos recursos. As Secretarias de Defesa Civil e de Promoção Social, com a maioria das atividades incluída no anexo um do Decreto, ficaram praticamente sem recursos. O anexo um também congelou em 100% os recursos que discrimina, que apenas no caso do MAS chegou a Cr\$ 451,5 bilhões.

A Ministra Margarida Procópio já pediu imediata liberação

dos recursos para obras preventivas da Secretaria da Defesa Civil. Dos Cr\$ 43,8 bilhões previstos pelo orçamento para a Defesa Civil, ficaram disponíveis apenas Cr\$ 35,9 milhões.

— Embora os casos de calamidade pública tenham liberação imediata, a Secretaria não pode ficar sem recursos para as obras preventivas — disse a Ministra.

Do orçamento global do MAS para 1991, de Cr\$ 1,1 trilhão, ficaram indisponíveis no anexo um Cr\$ 451 bilhões. Dos Cr\$ 693 bilhões restantes, estão liberados 5% dos recursos destinados a investimentos e 10% dos recursos para custeio, como manda o Decreto.

No Ministério da Educação, um grupo de técnicos estudava as 223 páginas que o orçamento do MEC ocupou no Suplemento do Diário Oficial publicado no dia 5 de fevereiro. O Coordena-

dor de Orçamento e Finanças do MEC, José de Barros Ribas Neto, calcula que somente após o Carnaval — e, portanto, da anunciada continuação da reforma administrativa do Governo, com novos cortes de pessoal — o Ministro Carlos Chiarelli ficará sabendo quanto seu Ministério foi afetado. Os técnicos tentam separar do orçamento total (Cr\$ 2,022 trilhões divididos por mais de cem unidades) o que ficou ou não congelado.

No Ministério do Trabalho e Previdência Social, o Ministro Antônio Magri, desgastado politicamente com o plano, também ainda não sabia o quanto era menos poderoso.

— Não queremos falar sobre o assunto — disse por telefone, do Rio de Janeiro, o Porta-Voz do Ministério, Francisco Baker. Ele alegou que também lá estavam sendo feitos estudos para posterior apresentação ao Ministro.